

Processo : 222603-2/22
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Observação : REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata o presente da PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2021.

1 – DA ÚLTIMA DECISÃO PLENÁRIA

Em sessão de 11/03/2024, o Plenário, nos termos do Voto proferido pelo Exmo. Sr. Conselheiro Marcio Henrique Cruz Pacheco, assim se manifestou (vide peça n.º 96):

“VOTO:

I.1. Quanto ao saldo do exercício anterior, **R\$ 148.902.243,35** evidenciado no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado **R\$ 148.930.443,07**, no Balanço Financeiro do exercício 2020 do processo TCE-RJ nº 221.506-9/21;

I.2. Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79;

I.3. Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto a sua regularização);

I.4. Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

I.5. Quanto a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022, contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal nº 906/15;

I.6. Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores e patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no

Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme a seguir demonstrado:"

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR RECEBIDO (R\$)
MODELO 36 DEL.TCE-RJ N.º 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL N.º 4.320/64	718,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR RECEBIDO (R\$)
MODELO 36 DEL.TCE-RJ N.º 277/17	39.367,87
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL N.º 4.320/64	20.558,46

2 – DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

A decisão aludida foi materializada por intermédio dos Ofícios abaixo elencados:

OFÍCIO Nº/PEÇAS	DESTINATÁRIO	FORMA DE RECEBIMENTO	DATA DE RECEBIMENTO	RESPOSTA
PRS/SSE/CGC N.º 5524/2024 – PEÇA N.º	Sra. Cátia da Silva Ferraz – Diretora-Presidente do Instituto de Previdência do Servidor Público de Mesquita	SICODI	25/03/2024	DOCs. TCE- RJ N.ºs 6.444- 6/2024 e 13.803- 7/2024 – Peças n.ºs 102/104 e 106/108)

3 – DO ATENDIMENTO À DECISÃO PLENÁRIA

As manifestações dos jurisdicionados em resposta à decisão plenária acima referida será analisada nos termos abaixo:

3.1 – DA COMUNICAÇÃO A SRA. CÁTIA DA SILVA FERRAZ

A fim de atender aos questionamentos solicitados no sobredito decisório a jurisdicionada encaminha através do Ofício nº 093/2024/MESQUITAPREV esclarecimentos munidos de documentos, que foram, formalizados, neste Tribunal de Contas pelo Doc. TCE-RJ n.º 13.803-7/2024, que passamos a examinar:

Esclarecimentos:

I.1. Quanto ao saldo do exercício anterior, R\$ 148.902.243,35 evidenciado no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado R\$ 148.930.443,07, no Balanço Financeiro do exercício 2020 do processo TCE-RJ nº 221.506-9/21;

RESPOSTA: Encaminhada às fls. 02/03 da Peça n.º 106, conforme abaixo transcrita:

“ESCLARECIMENTOS: Após consulta ao sistema, constatamos que os saldos das disponibilidades do exercício anterior e saldo registrado em 2021, se equiparam corretamente, conforme comprovam Demonstrativos contábeis que seguem anexos. Solicitamos, assim, o acolhimento

ANÁLISE / CONCLUSÃO:

Consta às fls. 02 do Doc. TCE-RJ n.º 006.444-6/24, Balanço Financeiro – Dispendios (Dez/2020), registrando um saldo para o exercício seguinte de **R\$ 148.902.243,35** que guarda paridade com o Anexo 13 (Peça n.º 08).

Acareando os referidos demonstrativos constatamos que foi alterada a movimentação da rubrica **interferências financeiras - perdas em aplicações financeiras** sem demonstrar o motivo da ocorrência:

Balanço original	R\$ 20.672.126,88
Balanço retificado	R\$ 20.643.927,16
Diferença	R\$ 28.199,72

Considerando a imaterialidade envolvida e o custo processual, a diferença acurada, não será objeto de questionamento ao jurisdicionado, e sim objeto de ressalva e determinação, quando do julgamento das contas.

I.2. Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79;

RESPOSTA: Encaminhada à fls. 03 da Peça n.º 106, conforme abaixo transcrita:

“ESCLARECIMENTOS: a priori, informamos que não há registro no Balanço do exercício em análise da inscrição deste valor, conforme se verifica no Balanço anexado e remetido à Egrégia Corte no ato do envio da PCA. A este respeito, é importante informar que a atual gestão, que assumiu em 2021, identificou inúmeras pendências relativas a exercícios anteriores, sendo uma das pendências a ausência de baixa de valores (saídas) nos registros contábeis. Imediatamente abriu processo administrativo e determinou que fosse feito um

levantamento pelo setor contábil e financeiro de todos os processos de pagamentos sem o devido registro contábil, ocorrido nos exercícios anteriores. Até a presente data foi apurado o total de R\$ 22.692.409,55, referentes a pagamentos de RST, restituição de auxílio doença, auxílio maternidade, gratificações temporárias que não compunham o cálculo dos proventos, dentre outros. Estes valores teriam sido, equivocadamente, contabilizados pela responsável, sob a rubrica “débitos de exercícios anteriores” (2017 a 2020), constando no sistema como “saldos pendentes de correções”, conforme demonstra documento anexo. Nota-se que o valor até então identificados, aproxima-se do valor questionado. Por tratar-se de pagamentos de exercícios anteriores, há toda uma demanda de tempo para identificação junto a tesouraria, banco e análise de documentos para definitivamente solucionar a pendência.

Estamos, portanto, diligenciando e providenciando o correto registro contábil destes valores. Está demonstrado, assim, que a signatária vem tomando as medidas eficazes para sanear o ajuste contábil não efetuado à época própria e, considerando tratar-se de pendência de exercício anterior e os esforços ora comprovados, não deve ser maculada e penalizada a atual gestão, afastando desta, qualquer irregularidade relativo ao presente.”

ANÁLISE / CONCLUSÃO:

Perante o defendido que se encontra alicerçado pelos elementos encaminhados às fls. 05/09 da Peça n.º 107 (Resumos de Contas Bancárias; Razão Financeiro; Demonstrativo Pendentes de Lançamentos), verifica-se que a atual gestão desse RPPS, vem adotando medidas, quanto à regularização dos processos de pagamentos sem o devido registro contábil, que foram realizados em exercícios anteriores (2017 a 2020), sendo apurado até o momento R\$ 22.692.409,55, referentes a pagamentos de RST, Restituições de Auxílios (doenças, maternidade); Gratificações Temporárias que não compunham, o cálculo dos proventos, dentre outros, que forma contabilizados equivocadamente na rubrica (débitos de exercícios anteriores).

Considerando que a regularização do montante, atinente inconsistência contábil inquirida, requer ações bem específicas que englobam vários setores desse RPPS (Contábil, Tesouraria, Documentação), e Bancos, considerando ainda, que montante apurado represente 92,71% do total questionado (R\$ 22.692.409,55 / R\$ 24.478.597,79 = 92,71%), sendo esse bem aproximativo do total inquirido, iremos acolher os argumentos ofertados.

Portanto, item saneado.

I.3. Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto a sua regularização);

RESPOSTA: Encaminhada às fls. 03/04 da Peça n.º 106, conforme abaixo transcrita:

“ESCLARECIMENTOS: A divergência era relativa à conta 20.793 – 4 (114110904000040) – UM MARLIM DIVIDENDOS FIA. A conta em questão não se apresentava no relatório da Tesouraria devido a um erro em seu cadastro e após análise do presente verificou-se que no final daquele exercício, a divergência já tinha sido saneada, não havendo mais divergência entre os saldos. Assim, COMPROVA neste ato que já foi regularizada a Determinação, conforme comprova documento anexo.”

ANÁLISE / CONCLUSÃO:

Perante o defendido, assim como, os documentos elencados às fls. 10/13 da Peça n.º 107.

Item saneado.

I.4. Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

RESPOSTA: Encaminhada à fl. 04 da Peça n.º 106, conforme abaixo transcrita:

“ESCLARECIMENTOS: Seguem modelos retificados, cabendo esclarecer, neste ato, que não há diferença a ser recolhida, haja vista o repasse integral providenciado.”

ANÁLISE / CONCLUSÃO:

Foi encaminhado o Modelo 34 da Del. TCE-RJ n.º 277/17 retificado (fls. 14 da Peça n.º 107), onde destacamos:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	7.901.928,23	215.792,07
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

Confrontando o demonstrativo trazido aos Autos, nessa fase processual, com o Modelo 34 da Del. TCE-RJ n.º 277/17 (Peça n.º 31), verifica-se que somente foi retificado o montante das contribuições patronais, cuja diferença apurada, R\$ 215.792,07, em relação ao anexo 10, torna-se desprezível.

Quanto a contribuição Servidor temos que considerar no cômputo do anexo 10 com o repasse, relativo ao exercício anterior (fls. 130 Proc. TCE RJ 221.506-9/21), que evidenciou a entrega no valor de R\$ 1.472.303,93. Assim sendo, a diferença entre o anexo 10 e modelo 34 apurada no quadro acima (contribuição servidor – **R\$ 1.478.895,50**), torna-se exíguo (**R\$ 6.591,57** = R\$ 1.478.895,50 – R\$1.472.303,93), quando confrontada como o repasse do ano anterior.

Portanto, item saneado.

I.5. Quanto a quitação pelo valor original, R\$ 2.739.595,25, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022, contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal nº 906/15;

RESPOSTA: Encaminhada à fl. 04 da Peça n.º 106, conforme abaixo transcrita:

‘ESCLARECIMENTO: o valor foi INTEGRALMENTE QUITADO no montante apontado pela Egrégia Corte, conforme comprova extrato bancário anexo, razão pela qual deve ser considerada cumprida esta Determinação.

Importante destacar que no Exercício 2021, além de tratar-se de um ano pós pandemia, em que a Economia nacional estava se adaptando ao cenário caótico ocasionado pela COVID-19, o Município de Mesquita enfrentou perdas expressivas por causa das chuvas torrenciais que devastou o município, fato noticiado em toda a imprensa e que culminou do decreto de situação de emergência.

Não pretendo, com isto, justificar qualquer ato que contrarie a lei, mas apenas trazer à baila, acontecimentos que inevitavelmente importaram no atraso do cumprimento de algumas obrigações mas que em seguida foram CUMPRIDAS INTEGRALMENTE, conforme comprovam extrato e Demonstrativos anexos.

ANÁLISE / CONCLUSÃO:

Em que pese o extrato bancário (fls. 15 da peça n.º 107) comprovar o recolhimento da contribuição patronal devida, verifica-se que não foi aplicado o disposto no artigo 90 da Lei Municipal 906/15.

Portanto, este fato será apontado como ressalva e determinação. quando do julgamento das contas.

I.6. Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme a seguir demonstrado:

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR RECEBIDO (R\$)
MODELO 36 DEL.TCE-RJ N.º 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL N.º 4.320/64	718,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR RECEBIDO (R\$)
MODELO 36 DEL.TCE-RJ N.º	39.367,87

277/17	
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL N.º 4.320/64	20.558,46

RESPOSTA:

“ESCLARECIMENTOS: A diferença apontada explica-se pelo pagamento e respectivo lançamento em diferentes competências. Assim, eventual divergência de valores registrados quando do envio das Contas já foram saneadas, conforme comprovam modelos retificados anexos.”

ANÁLISE / CONCLUSÃO:

Foi apresentado o Modelo 36 da Deliberação TCE RJ n.º 277/17, as fls. 16/18 da Peça n.º 107, análogo ao demonstrativo de Peça n.º 54, razão pela qual não foi esclarecida a diferença em questão.

Portanto, item não saneado, esse fato será objeto de ressalva e determinação quando do julgamento das contas.

4 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante da análise realizada e considerando que o exame deste processo contemplou requisitos da Lei Complementar nº 63/90 e da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, e ainda, que outros aspectos pertinentes poderão ser abordados em procedimentos de auditorias ou outras ações inerentes à fiscalização que compete a este Tribunal, sugere-se:

I – Sejam JULGADAS REGULARES com as RESSALVAS e as DETERMINAÇÕES elencadas abaixo, as **Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV**, sob as responsabilidades do Sr. Leandro Machado Ferreira, referente ao período de 01/01 a 19/01/2021 e da Sra. Cátia da Silva Ferraz, referente ao período de 20/01 a 31/12/2021, **relativas ao exercício de 2021**, nos termos do inciso II, artigo 20 c/c o artigo 22, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, dando-lhe quitação.

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES:

RESSALVA N.º 01

- Quanto à divergência apurada, nos demonstrativos contábeis (Balanços Financeiros) constantes nos autos, devido alteração realizada na

movimentação da rubrica interferências financeiras - perdas em aplicações financeiras, sem demonstrar o motivo da ocorrência (Questão Normativa n.º 5.4):

Balanço original (Peças n.º 08)	R\$ 20.672.126,88
Balanço retificado (fls. 02 da Peça n.º 107)	R\$ 20.643.927,16
Diferença	R\$ 28.199,72

DETERMINAÇÃO N.º 01

Atentar para que o Setor de Contabilidade, desse RPPS, elabore seus Balanços, com a finalidade de permitir que esses expressem em sua análise a interpretação fidedigna dos seus resultados, conforme o disposto no artigo 85 da Lei Federal n.º 4.320/64;

RESSALVA N.º 02

- Quanto à composição do ativo circulante, rubrica outros créditos a receber, contemplar valores que extrapolam o exercício financeiro, ou seja, acima de 12 meses (Questões Normativas n.º 6.6);

DETERMINAÇÃO N.º 02

- Atentar para que o Montante registrado no Ativo Financeiro esteja em consonância com o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP;

RESSALVA N.º 03

- Quanto ao não cumprimento do disposto no artigo 90 da Lei Municipal 906/15 (Questão Normativa n.º 10.1);

DETERMINAÇÃO N.º 03

- Atentar para que as contribuições previdenciárias devidas ao Mesquita-PREV pagas em atraso, ficam sujeitas à atualização pelo índice de preços ao consumidor amplo IPCA/IBGE, além da cobrança de juros de mora de 0,5 (meio por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 1% (um por cento) sobre o valor nominal;

RESSALVA N.º 04

- Quanto à não correspondência entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, e o registro a débito, no valor de R\$ 26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo (Questão Normativa n.º 10.3);

DETERMINAÇÃO N.º 04

- Atentar para que o montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e não repassado dentro do exercício pelo RPPS, seja devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico;

RESSALVA N.º 05

- Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores** e **patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17 (Questão normativa n.º 11.2);

DETERMINAÇÃO N.º 05

- Observar a paridade dos dados dos Modelos 36 e 37 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com os registros contábeis do exercício em curso.

RESSALVA N.º 06

- Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Questão Normativa n.º 11.2);

DETERMINAÇÃO N.º 06

- Atentar para que o montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores, retidas e repassadas dentro do exercício, sejam devidamente registradas, no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal n.º 4.320/64);

RESSALVA N.º 07

- Quanto a não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$ 13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$ 44.130,14) (Questão Normativa n.º 11.3);

DETERMINAÇÃO N.º 07

- Atentar para que o montante, aproximadamente, da contribuição patronal, retida e não repassada dentro do exercício, seja devidamente registrada no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico:

RESSALVA Nº 08

- Quanto ao município não se encontrar em situação regular no critério: “Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DPIR – Consistência e Caráter Contributivo” estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, conforme evidenciado no último extrato previdenciário emitido em 24/01/2016 (n.º 981116-133965) (Questão Normativa n.º 16.1);

DETERMINAÇÃO N.º 08

- Atentar para que o município se encontre em situação regular nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social;

RESSALVA N.º 09

- Quanto à provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial não guardar paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial (Questão Normativa n.º 17.2);

DETERMINAÇÃO N.º 09

- Atentar para que a provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarde paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial, na forma do artigo 26 da Portaria MPS n.º 1467/2022, a fim de estabelecer o perfeito conhecimento da composição patrimonial do RPPS, conforme o disposto no art. 85 da L. F. n.º 4.320/64;

RESSALVA N.º 10

- Quanto a não adoção de medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que se tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores (Questão Normativa n.º 19.1);

DETERMINAÇÃO N.º 10

- Atentar para que sejam adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que se tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores;

II – COMUNICAÇÃO ao atual gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, com fulcro no art. 15, inciso I da Deliberação TCE-RJ n.º 338/23 – Regimento Interno do TCE-RJ, para que adote providências efetivas com vistas à regularização da falhas apontadas nestas Contas e que foram objeto de ressalva, alertando-o de que a reincidência no cumprimento das correspondentes determinações realizados poderá acarretar o julgamento pela irregularidade de futuras prestações de contas, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar Estadual n.º 63/1990 (Lei Orgânica do TCE-RJ).

III – Posterior ARQUIVAMENTO dos autos.

CAC-GESTÃO, 06/09/2024

ADONIS FERREIRA DA SILVA SOBRINHO
Assistente
Matrícula 02/003528

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

CAC-GESTÃO, 06/09/2024

FLAVIA EYER MENEZES
Coordenadora-Geral
Matrícula 02/003647

DE ACORDO.

À consideração do Colendo Tribunal, ouvido previamente o **DOUTO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-RJ.**

SUB-CONTAS, 06/09/2024

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/004310